



IFADAP
Instituto de Financiamento
e Apoio ao Desenvolvimento
da Agricultura e Pescas

À
Junta de Agricultores do Açafal

R. da Eira, nº 27
Serraqueira

6030 VILA VELHA DE RODÃO

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
(a indicar na v/resposta)

DATA

84.100.0-574/02

22/03/2002

ASSUNTO: Projecto AGRIS - Acção 5
Nº 2001400031876

Relativamente ao projecto mencionado em assunto, em anexo enviamos, depois de assinado por este Instituto, o triplicado do Contrato respectivo.

Com os melhores cumprimentos,



IFADAP
Instituto de Financiamento
e Apoio ao Desenvolvimento
da Agricultura e Pescas

FLS-6

CONTRATO

DE ATRIBUIÇÃO DE AJUDA AO ABRIGO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS DE ÂMBITO REGIONAL (MEDIDA AGRIS)

ACÇÃO 5: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E EMPARCELAMENTO

SUB-ACÇÃO 5.1: NOVOS REGADIOS COLECTIVOS E BENEFICIAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS

SUB-ACÇÃO 5.2: REABILITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE REGA

SUB-ACÇÃO 5.3: EMPARCELAMENTO RURAL

(Cofinanciado pelo FEOGA – Orientação)

1. PARTES

1.1 IFADAP

Designação adiante usada para **INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS**, pessoa colectiva de direito público n.º 500 957 584, com sede na Rua de Dona Estefânia, n.º 71, em Lisboa, neste acto representado por: **Director Regional**

1.2 Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, pessoa colectiva de direito público n.º 600000664, organismo com sede em Castelo Branco, neste acto representado por **Director Regional**

1.3 Junta de Agricultores do Açafal - Aproveitamento Hidroagrícola do Açafal - Barragem com sede em Vila Velha de Rodão, Pessoa colectiva de direito privado contribuinte n.º 973318945, representado pelo(s) **Presidente**.

2. CLÁUSULAS

2.1 O presente contrato respeita à execução do projecto que recebeu no IFADAP o n.º 2001410031876, integrando-se na Acção 5 – Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento, da Medida AGRIS.

2.2 As importâncias mencionadas no presente contrato são expressas na seguinte moeda: EUROS

2.3 Pelo presente contrato é atribuído ao Segundo outorgante incentivo financeiro sob a forma de subsídio não reembolsável, no montante de 945.620,01 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E VINTE EUROS E UM CÊNTIMO), correspondente a 100% das despesas elegíveis, participado em 75% pelo FEOGA – Orientação e em 25% pelo Estado Português.

2.4 A execução do projecto foi autorizada por despacho de Sua Excelência o Ministro da Agricultura em 22 / 01 / 2002, até ao valor global de 945.620,01 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E VINTE EUROS E UM CÊNTIMO).

2.5 As despesas efectuadas terão de estar de acordo com os montantes que constarem dos contratos, ou que decorrerem do seu cumprimento, nomeadamente no que diz respeito à legislação que regulamenta as empreitadas das obras públicas.

2.6 Todas as alterações ao projecto devem ser apresentadas ao Coordenador da Medida AGRIS e submetidas ao circuito de decisão.

2.7 Após aprovação das alterações ao projecto, nos termos da cláusula anterior, será outorgado instrumento adequado à conformação do contrato às referidas alterações.

- 2.8** A concretização material do projecto deverá ocorrer no prazo de 2 anos, a contar da celebração do presente contrato, prazo que não poderá ser excedido, salvo por razões de força maior devidamente comprovadas e aceites pelo Coordenador da Medida, no máximo, por mais um ano.
- 2.9** Os pagamentos serão processados por transferência bancária do IFADAP, para a conta de depósito à ordem do beneficiário, aberta em nome do Segundo outorgante com o nº

NIB:

Nº de Conta

- 2.10** Quando necessário para prossecução dos objectivos do projecto, poderá ser concedido um adiantamento, até ao montante máximo de 20% da verba anualmente orçamentada, a regularizar no prazo limite de 60 dias.
- 2.11** Novo pedido de adiantamento só poderá ser concedido desde que 80% do adiantamento anterior esteja justificado.
- 2.12** As transferências de verbas serão sempre consideradas como adiantamentos, até à sua total aplicação.
- 2.13** Após a efectivação das despesas o segundo outorgante apresenta ao Coordenador da Medida AGRIS, os pedidos de pagamento, acompanhados dos comprovativos de despesa e respectivos recapitulativos.
- 2.14** Ao IFADAP são remetidos os pedidos de pagamento e recapitulativos de despesa visados pelo Coordenador, que procederá ao seu enquadramento, no prazo de 22 dias úteis, desde que estejam cumpridos os requisitos exigidos. Dos originais dos documentos comprovativos destas despesas deverá constar a menção *“Reembolsado pela Medida AGRIS – Acção 5 – Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento”*.
- 2.15** Com vista à inclusão das despesas no orçamento privativo do IFADAP, deverão as mesmas ser apresentadas devidamente codificadas de acordo com o Classificador Económico das Despesas Públicas, discriminando as componentes nacional e comunitária.
- 2.16** Situações de pagamentos excepcionais serão objecto de análise casuística pelo IFADAP.
- 2.17** No final do ano, caso existam verbas transferidas e não justificadas, o Segundo outorgante deverá proceder à sua restituição ao IFADAP até 19 de Dezembro do mesmo ano.
- 2.18** Trimestralmente o Segundo outorgante deverá remeter ao IFADAP cópia dos extractos da conta bancária que suportam os movimentos financeiros do Programa/Projecto PIDDAC correspondente.
- 2.19** O Segundo outorgante fica responsável pela verificação do processo da despesa, dos aspectos formais e legais, nomeadamente, os relativos aos contratos de adjudicação que vierem a ser assinados e sujeitos a visto do Tribunal de Contas, devendo ainda assegurar a manutenção do arquivo de todos os documentos. Os justificativos de despesa, facturas, autos de medição, etc. e os comprovativos dos pagamentos (recibos ou guias de receita) serão emitidos em nome do Segundo outorgante, devendo neles ser aposto o seguinte: *“Pago através de verbas do orçamento privativo do IFADAP”*.
- 2.20** Compete igualmente ao Segundo outorgante a criação e manutenção do inventário actualizado das construções e dos bens adquiridos com as verbas transferidas.



IFADAP
Instituto de Financiamento
e Apoio ao Desenvolvimento
da Agricultura e Pescas

Fds. 2

Projecto n.º 2001410031876

- 2.21** O IFADAP e as competentes entidades nacionais e comunitárias poderão, a todo o tempo e pela forma que tiverem por conveniente, fiscalizar a execução do projecto de investimento, a efectiva aplicação da ajuda e a verificação dos requisitos desta.
- 2.22** Os beneficiários das ajudas devem garantir o cumprimento do estipulado no Regulamento (CE) nº 1159/2000, de 30 de Maio, relativo às acções de informação e publicidade.
- 2.23** Após a conclusão da execução material do projecto o terceiro outorgante compromete-se a assegurar a gestão, exploração e conservação da obra, nos termos da legislação em vigor.

Castelo Branco,

1ª Outorgante

2ª Outorgante

3ª Outorgante

18/03/02

Rui Salgueiro Ramos Moreira
Director Regional a)

a) Isento do Imposto de Selo, de acordo com o n.º 1 do capítulo "Outras Isenções", anexo à Tabela Geral do Imposto de Selo, Publicada no Aviso n.º 2854/99, II Série de 11 de Fevereiro

----- Reconheço a assinatura a folha dois do documento em anexo (Contrato de Atribuição de Ajuda ao Abrigo dos Programas de Âmbito Regional – Medida Agris), de Joaquim Pires Castelo, feita pelo próprio na minha presença, cuja identidade verifiquei por conhecimento pessoal, na qualidade de Presidente da Direcção, com poderes para o acto, da “JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO AÇAFAL”, com sede no lugar, freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão, qualidade que verifiquei pela Acta nº 2 da Assembleia Geral (Acta de Nomeação dos Corpos Sociais), e poderes pela Acta nº 3 de 09/03/2002 .-----

Vila Velha de Ródão, aos 11 de Março de 2002. -----

O 2º Ajudante, -

Conta nº 57 .- 18 €

T